



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SEGURAJUDA – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 402.936 euros e um total de capital próprio de 89.661 euros, incluindo um resultado líquido de 10.277 euros), e a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data e respetivo Anexo às demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Algés, 16 de maio de 2022.

José Manuel Almeida da Silva (ROC n.º 791)

Em representação de Barão, Silva, Matos & Associado, SROC

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das obrigações legais, vem a gerência, através do presente relatório de gestão, dar conhecimento aos sócios e terceiros, que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2021.

1) Evolução da atividade da empresa:

Na sequência do processo de crescimento e desenvolvimento da empresa, que já se vinha a verificar no ano de 2020, o ano de 2021 trouxe um evidente crescimento interno e que se refletiu no volume de negócios.

O contexto social e económico geral do mercado continuou muito influenciado pela pandemia, com importantes alterações na crescente exigência na relação com clientes e seguradoras.

O mercado da distribuição está também claramente a consolidar, com uma forte vertente de aquisições e agregações entre diferentes players.

A nossa estratégia no ano 2021 foi de continuação na reorganização interna no sentido de melhoria de processos, maior agilidade na relação com clientes e seguradoras e otimização de resultados comerciais com forte presença na nossa zona de atuação.

2) Perspetivas Futuras:

Para 2022 esperamos crescimento orgânico e crescimento através de parcerias e possíveis aquisições. Pretendemos crescer os nossos mercados de atuação, número de clientes e volume de prémios. Para tal iremos apostar num fator de proximidade e desenvolvimento estratégico de áreas de negócio.

3) Alienação e compra de cotas:

Durante o exercício de 2021 não se verificaram alterações.

4) Negócios entre a sociedade e a gerência:

Refere-se que não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e a gerência.

5) Situação perante o Estado:

A empresa tem vindo a cumprir com todos os deveres perante o Estado, primando por não ter quaisquer atrasos no pagamento dos seus impostos.

6) Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos ou a sua divulgação nas contas do exercício.

7) Existência de sucursais:

Durante o exercício de 2021 não se verificaram alterações.

8) Proposta de aplicação de resultados:

Em relação ao Resultado Líquido do exercício de 2021, resultado no montante de € 10.276,53 (dez mil, duzentos e setenta e seis euros e cinquenta e três cêntimos), a administração propõe a seguinte aplicação:

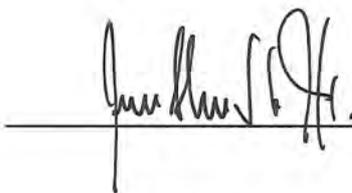
Reservas Legais	€ 513,82
Resultados Transitados:	€ 9.962,66

9) Agradecimentos

A gerência da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os que com ela se relacionam.

Lisboa, 29 de Abril de 2022

Administração



SEGURAJUDA
CORRETORES DE SEGUROS
NIF: 505 063 310
R. Prof. Orlando Ribeiro Nº 3 - Loja C
1600-796 Lisboa

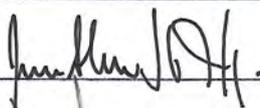
Segurajuda-Corretores de Seguros Lda**Demonstração de Resultados por Naturezas**
Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros

NIF: 505063310

Rendimentos e Gastos	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	5.1	536 172,67	315 694,30
Subsídios à Exploração		4 423,21	0,00
Fornecimentos e serviços externos	4.12	-154 668,80	-90 192,42
Gastos com pessoal	4.13	-313 221,90	-186 473,52
Outros ganhos	4.14	5 003,22	750,61
Outros gastos	4.14	-15 120,94	-8 996,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		62 587,46	30 782,20
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4.1	-35 341,16	-12 366,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 246,30	18 415,30
Juros e gastos similares suportados		-1 920,17	-0,07
Resultado antes de impostos		25 326,13	18 415,23
Impostos sobre o rendimento do período	7	-15 049,60	-7 625,69
Resultado líquido do período		10 276,53	10 789,54

A Administração/Gerência

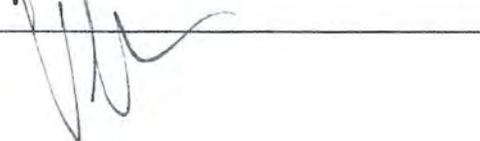
**SEGURAJUDA**

CORRETORES DE SEGUROS

NIF: 505 063 310

R. Prof. Orlando Ribeiro Nº 3 - Loja C
1600-796 Lisboa

O Contabilista Certificado

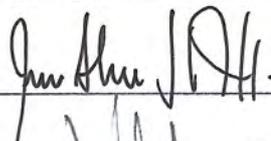


Segurajuda-Corretores de Seguros Lda

Unidade monetária: Euros

Balço em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	NOTAS	NIF: 505063310	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos tangíveis	4.1	291 057,33	189 579,51
Ativos Fixos Intangíveis		1 793,75	
Investimentos Financeiros	4.2	875,78	191,69
Subtotal		293 726,86	189 771,20
Ativo corrente			
Clientes	4.3	62 207,74	20 778,73
Estado e outros entes públicos	4.6	0,00	0,00
Diferimentos	4.8	4 660,91	2 563,47
Outros Ativos Correntes	4.7	22 969,49	22 478,37
Caixa e depósitos bancários	4.9	19 371,11	31 280,12
Subtotal		109 209,25	77 100,69
Total do ativo		402 936,11	266 871,89
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	4.4	50 000,00	50 000,00
Reservas	4.4	10 000,00	8 675,65
Resultados transitados	4.4	19 384,36	9 919,17
Subtotal		79 384,36	68 594,82
Resultado líquido do período	4.4	10 276,53	10 789,54
Total do capital próprio		89 660,89	79 384,36
PASSIVO			
Passivo não corrente corrente			
Financiamentos Obtidos		121 378,63	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	4.5	528,84	1 044,54
Estado e outros entes públicos	4.6	21 314,90	7 345,32
Financiamentos Obtidos	4.11	74 754,87	59 000,00
Outros Passivos Correntes	4.5	95 297,98	120 097,67
Subtotal		191 896,59	187 487,53
Total do Passivo		313 275,22	187 487,53
Total do capital próprio e do passivo		402 936,11	266 871,89

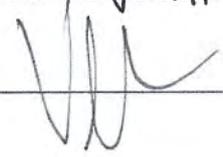
A Administração/Gerência 

SEGURAJUDA

CORRETORES DE SEGUROS

NIF: 505.063.310

R. Prof. Orlando Ribeiro, 1017

O Contabilista Certificado 

Prestação do Serviço de Distribuição de Seguros ou de Resseguros

Nos termos do nº 1 do Artº 51º da NR nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro, e sem prejuízo do regime contabilístico adotado nos termos do artigo anterior, os mediadores de seguros, de resseguros e seguros a título acessório devem incluir no anexo às demonstrações financeiras uma nota específica e separada das restantes notas, a denominar “Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros”, que deve conter, como mínimo a seguinte informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros.

a) Políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento das remunerações

Procede-se a uma contabilidade normal segundo o critério da NCRF 20. As contas são certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

A SegurAjuda reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita exceções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento no momento da emissão das Prestações de Contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações	
	2020	2021
Numerário	315.694,30 €	536.172,67 €
Espécie	0,00 €	0,00 €
Total	315.694,30 €	536.172,67 €

Por tipo	Remunerações	
	2020	2021
Comissões	315.694,30 €	536.172,67 €
Honorários	0,00 €	0,00 €
Outras remunerações	0,00 €	0,00 €
Total	315.694,30 €	536.172,67 €

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem

Remunerações (€)	Ramo Vida		Ramos Não vida		Fundos Pensões	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Por entidade (orig)						
Empresas de Seguros	6.930,04	18.544,45	305.333,04	513.508,46	0,00	0,00
Outros mediadores	2.846,56	2.542,31	584,66	1.577,45	0,00	0,00
Clientes (outros)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9.776,60	21.086,76	305.917,70	515.085,91	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações	
	2020	2021
Empresas de seguros	98,91 %	99,23 %
Outros mediadores	1,09 %	0,76 %
Clientes (outros)	0,00 %	0,00 %
Total	100,00 %	100,00 %

Em 2021 a SegurAjuda cumpriu o limite estabelecido pelo nº1 do Artº. 48 da NR 13/2020-R sendo que apenas duas seguradoras apresentaram uma concentração superior a 25% do total das remunerações auferidas. São as seguradoras Caravela Seguros, S.A. (1133) com 42,46% e a Generali Seguros, S.A. (1197) com 27,50%. Apesar do incremento de ambas face ao ano anterior, a dispersão está salvaguardada e não se prevê aumentos dignos de registo no futuro.

e) Valores da Conta Clientes

Os fundos movimentados pela empresa no exercício de 2021 detalha-se como se segue:

Conta "clientes"	2020	2021
Saldo no início do exercício	5.422,79 €	15.922,82 €
Valores recebidos de clientes	242.408,30 €	377.654,84 €
Despesas Bancárias	*	2.326,18 €
Pagamento a empresas de seguros	*	169.157,95 €
Pagamento a Clientes (estornos e devoluções)	*	27.255,49 €
Transferência de remunerações	*	498.422,84 €
Saldo no final do exercício	15.922,82 €	6.658,34 €
Volume movimentado		
A débito	520.209,37 €	825.944,01 €
A crédito	537.107,52 €	815.720,14 €

*em 2020, tendo reportado pela NR 15/2009, não apurámos o valor das parcelas indicadas.

Importa ainda informar que:

- Por opção, não movimentamos verbas destinadas a empresas de seguros que não nos outorgam poder de cobrança;
- Não liquidámos indemnizações neste exercício;
- O somatório de "valores recebidos de clientes" inclui valores cobrados em numerário e depositados em banco ("caixa de escritório");

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (orig)	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2020	2021	2020	2021
Tomadores de seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empresas de seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)	20.778,73 €	62.207,74 €	1.044,54 €	528,84 €
Total	20.778,73 €	62.207,74 €	1.044,54 €	528,84 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2020	2021	2020	2021
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as E.S. ...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos em cobrança com cista a serem transferidos para as E.S. ...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos confiados p E.S. com vista a serem transferidos p tomadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações respeitantes a prémios de seguro...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)	20.778,73 €	62.207,74 €	1.044,54 €	528,84 €
Total	20.778,73 €	62.207,74 €	1.044,54 €	528,84 €

Importa esclarecer que os valores indicados foram apurados contabilisticamente, não tendo relação directa com as operações de cobrança. Em concreto, as “contas a receber” são comissões que sabemos ter a auferir no ano seguinte (não sendo de prémios cobrados por nós) e as “contas a pagar” foram valores devidos a fornecedores.

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Não se aplica.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Temos contratada, junto do B.P.I., S.A., a Garantia Bancária mínima exigida conforme fazemos constar no nosso registo do Portal ASF.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No ano de 2021 fomos recebedores de uma carteira de seguros, parcial, por parte da Esfer&Cidade, Lda. (nº ASF 409296919) que estimamos em cerca de 2400 apólices e € 1.400.000 de prémios totais anuais distribuídos por diversas seguradoras. Esta transmissão não teve encargos para a empresa.

Aceitámos a título gratuito, a transmissão total da carteira de agente individual de seguros do Sr. Nelson Oliveira (nº ASF 316441814), que estimamos em cerca de 750 apólices e € 395.000 de prémios totais anuais.

Aceitámos a título gratuito, mas ficando como nosso agente, a carteira total do agente individual Sr. Paulo Peixoto (nº ASF 307055006), que estimamos em cerca de 510 apólices e € 220.000 de prémios totais anuais.

Não cedemos carteira existente a terceiros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não se aplica.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não se aplica.

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Empresas de Seguros		2020	2021
1133	Caravela Seguros, S.A.	33,07%	42,46%
1197	Generali Seguros, S. A.	* 25,02%	27,50%
1011	Fidelidade - Companhia Seguros, S. A.	10,26%	12,53%
1028	Allianz Portugal, S. A.	13,40%	11,15%
1160	Victória - Seguros, S. A.	2,50%	4,31%
1026	Lusitania - Companhia Seguros. S. A.	5,63%	3,49%

*à data, Seguradoras Unidas, S.A.

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não se aplica, pois não recebemos fundos nessas circunstâncias.

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista...

Não se aplica.

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros...

Não se aplica.

Lisboa, 15 de Abril de 2022

SEGURAJUDA

CORRETORES DE SEGUROS

NIF: 505 063 310

R. Prof. Orlando Ribeiro Nº 3 - Loja C
1600-796 Lisboa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

SEGURAJUDA CORRETORES DE SEGUROS LDA é uma sociedade por quotas cuja principal actividade é a mediação de seguros.

Tem a sua sede social na Rua Professor Orlando Ribeiro nº3 Loja C 1600-796 Lumiar.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras em anexas estão preparadas de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com o SNC.

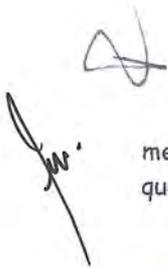
As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.



Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos ou de Outros gastos e perdas.

3.2 Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 25 000,00€, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. Em relação à Segurança Social o referido período é de cinco anos.

3.3 Activos e Passivos Financeiros

Os Activos e Passivos Financeiros na Empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

3.3.1 Clientes

No reconhecimento, mensuração e valorimetria de dívidas a receber foram seguidos os critérios definidos no Sistema de Normalização Contabilística

As dívidas de Clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.3.3 Fornecedores e Outras Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

3.4 Capital Próprio

Corresponde ao Património líquido, sendo constituído pelo Capital Social inicial, acrescido dos valores das Reservas, dos valores transferidos anualmente para Resultados Transitados e dos ajustamentos de transição por força da aplicação do novo normativo.

A legislação comercial Portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do Resultado Líquido anual seja destinado ao reforço da Reserva Legal, até que esta represente, pelo menos, 20% do Capital Social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

3.5 Especialização dos Exercícios

A empresa regista os seus rendimentos/ganhos e gastos/perdas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outros Activos Correntes, Outros Passivos Correntes e Outros Passivos Não Correntes.

Na rubrica Gastos a Reconhecer foram contabilizados os custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes; nos Rendimentos a Reconhecer foram contabilizados os rendimentos relativos ao período de 2021 mas que têm documentação vinculativa já em 2022.

3.6 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



4. INFORMAÇÃO DE SUPORTE DOS ITENS APRESENTADOS NO BALANÇO, NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Activos Fixos Tangíveis

No período findo em 31 de Dezembro de 2021 os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

Activos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Alienações	Saldo Final
Terrenos e Recursos Naturais	22 500,00 €	0,00 €			22 500,00 €
Edifícios e Outras Construções	99 944,76 €	44 040,39 €			143 985,15 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €			0,00 €
Equipamento de Transporte	83 700,00 €	59 640,00 €			143 340,00 €
Equipamento Administrativo	56 624,14 €	33 087,34 €			89 711,48 €
Outros AFT	0,00 €	0,00 €			0,00 €
Total	262 768,90 €	136 767,73 €	0,00 €	0,00 €	399 536,63 €
Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Alienações	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	9 781,60 €	5 732,49 €			15 514,09 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €			0,00 €
Equipamento de Transporte	22 279,17 €	22 965,50 €			45 244,67 €
Equipamento Administrativo	41 128,62 €	6 591,92 €			47 720,54 €
Outros AFT	0,00 €	0,00 €			0,00 €
Total	73 189,39 €	35 289,91 €	0,00 €	0,00 €	108 479,30 €
Valor líquido	189 579,51 €				291 057,33 €

4.2 Outros Activos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 tem o valor de 875,78 Fundos de Compensação do Trabalho.

4.3. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica "Clientes" tem um saldo de 62.207,74 euros.

4.4. Capital Próprio

O Capital Próprio apresenta, no Balanço em 31 de Dezembro de 2020, as seguintes rubricas:

Capital Próprio	2021	2020
Capital	50 000,00	50 000,00
Reservas	10 000,00	8 675,65
Resultados Transitados	19 384,36	9 919,17
Resultado Líquido do Exercício	10 276,53	10 789,54
Total do Capital Próprio	89 660,89	79 384,36

4.5. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de Fornecedores apresenta um saldo de 528.84 euros.

A rubrica de Outros Passivos Correntes, no montante de 95.297,98 euros (em 2020 foi de 120.097,67) inclui um valor de 41.649,00 euros referente à estimativa de férias e subsídio de férias, e respetivos encargos, relativas a 2021 que irão ser liquidadas em 2022.

4.6. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes saldos:

	2021	2020
Valores Ativos		
Pagamento por conta	0,00	0,00
IRC - a recuperar		
	0,00	0,00
Valores Passivos		
IRC - Imposto corrente	12 349,60	3 434,69
Restantes impostos	8 965,30	3 910,63
Total	21 314,90	7 345,32

O Imposto sobre o Rendimento apurado em 2021, inclui tributações autónomas, no montante de 10.105,22 euros, e derrama, no montante 396,29 euros.

4.7. Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica "Outros Ativos Correntes" apresentava um saldo de 22.969,49 euros (em 2020, foi de 22.478,37 euros).

4.8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 o saldo da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31/dez/21
Diferimentos (Activo)	
Valores a faturar	0,00
Seguros pagos antecipadamente	4 660,91
Juros a pagar	0,00
Outros gastos a reconhecer	0,00
	4 660,91
Diferimentos (Passivo)	
Rendimentos a reconhecer	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00
Total	4 660,91



4.9 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	0,00	2 000,00	366,28	1 633,72
Depósitos à Ordem	31 280,12	891 214,36	904 757,09	17 737,39
Total de Caixa e Depósitos Bancários	31 280,12	893 214,36	905 123,37	19 371,11

4.10 Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, sendo composto da seguinte forma:

	31/dez/21	
	% Capital	Valor €
NUNO ALEXANDRE MARTINS	75,00%	37 500,00
ANTÓNIO PEREIRA	25,00%	12 500,00
	100,00%	50 000,00

4.11 Financiamentos Obtidos

O montante de **69.000,00** euros relativo a duas contas caucionadas: uma no valor de 29.000,00 euros no Banco BPI e outra de 40.000,00 euros no Banco Santander. Montante de 100.000,00 euros obtidos linha FEI EGF. Existe, ainda, um leasing cujo valor em dívida em 31/12/2021 é de 27.133,00 euros, para aquisição de uma viatura cujo valor líquido contabilístico do ativo é de 30.687,00 euros.

4.12 Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 podem ser analisados como se segue:

Descrição	2021	2020
- Trabalhos Especializados	17 662,82 €	13 998,04 €
- Honorários	20 735,21 €	13 848,69 €
- Conservação e Reparação	10 112,94 €	4 072,28 €
- Comissões	- €	- €
- Serviços Bancários	5 370,91 €	1 466,47 €
- Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	4 421,64 €	1 350,93 €
- Material de Escritório	14 619,03 €	3 967,43 €
- Materiais Diversos	3 922,60 €	5 776,35 €
- Energia e Fluidos	24 844,59 €	11 057,30 €
- Deslocações e Estadas	2 380,93 €	544,38 €
- Rendas e Alugueres	8 596,69 €	11 250,00 €
- Comunicação	5 018,02 €	3 462,48 €
- Seguros	8 219,06 €	1 662,86 €
- Contencioso e notariado	385,60 €	670,90 €
- Despesas de Representação	21 844,69 €	14 381,07 €
- Outros Serviços	1 565,06 €	1 015,63 €
- Limpeza, Higiene e Conforto	4 969,01 €	1 667,61 €
TOTAL	154 668,80 €	90 192,42 €

O valor de trabalhos especializados inclui 1.230 euros de honorários do ROC.

4.13 Gastos com o Pessoal

Os Gastos com o Pessoal que a seguir se apresentam referem-se a 12 colaboradores.

<u>Gastos com o pessoal</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações	263 229,92 €	152 861,64 €
Encargos sobre remunerações	43 965,57 €	29 647,96 €
Outros gastos com o pessoal	6 026,41 €	3 963,92 €
Total	313 221,90 €	186 473,52 €

4.14 Outros Rendimentos e Ganhos / Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas diz respeito a taxas e impostos de natureza diversa, conforme quadro abaixo:

<u>Outros Gastos e Perdas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos indirectos		
Imposto Selo	10 860,53	5 293,55
Imposto Único Circulação	671,99	308,86
Taxas	507,17	421,14
Outros Gastos e Perdas	3 081,25	2 973,22
Total	15 120,94	8 996,77

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas, nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

5.1. Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo valor das comissões a receber das seguradoras.

Em 2021, o rédito de Prestação de Serviços atingiu 536 172,67 euros, correspondendo a um valor com crescimento de cerca de 70% em relação a 2020 que foi 315.694,30 euros.

6. Acontecimentos após a data do balanço

Não se registaram quaisquer factos relevantes que possam ter afectado a situação patrimonial da sociedade, entre 31 de Dezembro de 2021 e a data da elaboração deste anexo. Estando o País a atravessar a fase da pandemia do Covid tudo é uma incerteza no momento atual. Não é expectável que a situação da pandemia tenha efeitos negativos na atividade da sociedade.

7. Impostos sobre o Rendimento

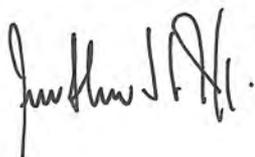
O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde a:

1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	25 326,13
2	Imposto corrente	4 548,09
3	Imposto diferido	
4	Imposto sobre o rendimento do período (4=2+3)	4 548,09
5	Tributações Autónomas e Derrama	10 501,51
6	Resultado contabilístico do período (depois de impostos)	10 276,53

Em 31 de Dezembro de 2021 não existiam dívidas em mora ao Estado ou a Outros Entes Públicos.

Lisboa, 31 de Março de 2022

A Gerência



SEGURAJUDA
CORRETORES DE SEGUROS
NIF: 505 063 310
R. Prof. Orlando Ribeiro Nº 3

O Contabilista Certificado nº 38689



ACTAS

ACTA Nº VINTE E OITO

Aos trinta e um dias de Março de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu extraordinariamente na sede social a Assembleia Geral da Sociedade por quotas SEGURAJUDA – CORRETORES DE SEGUROS, LDA, com sede social na Rua Professor Alfredo Sousa, n.º 1, Loja 1-A, 1600-188 Lisboa, na Freguesia do Lumiar, Concelho de Lisboa, com o capital social integralmente subscrito e realizado de cinquenta mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número de pessoa coletiva 505.063.310. Encontravam-se presentes todos os sócios, o senhor Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins titular de uma quota com o valor nominal de 37.500,00€ e o Sr. António Bernardino Pereira titular de uma quota com o valor nominal de 12.500,00€, estando assim representado a totalidade do capital social investido na sociedade. -----

Esta reunião teve de finalidade deliberar sobre o ponto único da ordem dos trabalhos a saber, "**Apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas do exercício de dois mil e vinte e um**". -----

Iniciada a sessão sob a presidência do senhor Nuno Alexandre Martins, entrou-se de imediato na ordem do dia, tendo o Relatório, Balanço e Contas do exercício de dois mil e vinte depois de apreciados e discutidos, sido aprovados por unanimidade, foi aprovada a proposta da gerência para que o **lucro** encontrado depois de impostos no valor de 10.276,53 euros (dez mil duzentos e setenta e seis euros cinquenta e três cêntimos), fosse transferido para "**Reservas Legais**" o valor 513,82 euros (quinhentos e treze euros oitenta e dois cêntimos) e os restantes 9.792,71 euros (nove mil setecentos e noventa e dois euros e setenta e um cêntimos) para "**Resultados Transitados**". -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta que irá ser assinada pelos sócios presentes. -----

